

# França e Alemanha pressionam Grécia a manter acordo

Indefinição sobre medidas fiscais do governo grego pode inviabilizar parcela de empréstimo de € 8 bilhões este mês

O presidente francês, Nicolas Sarkozy, e a chanceler alemã, Angela Merkel, chamaram ontem o premiê grego, George Papandreou, para uma conversa de emergência em Cannes, na França, antes da cúpula do G20 (grupo das economias mais ricas do mundo e principais emergentes), que começa hoje. Eles exigem a implementação das medidas de combate à crise de dívida da Zona do Euro, que Atenas colocou em dúvida.

Antes, a dupla franco-alemã se reuniu com diretores de instituições da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI) para discutir como limitar os danos da medida grega e pressionar para um resultado rápido.

Fontes da UE e do FMI disseram que a Grécia não receberá a parcela de ajuda este mês, de cerca de € 8 bilhões, considerada urgente, se os credores oficiais não tiverem certeza de que Atenas cumprirá com seu programa de austeridade. O drama grego ganhou um novo capítulo esta semana com a proposta do governo de realizar um referendo para que a população decida se concorda, ou não, com o programa de ajuste fiscal em troca de uma ajuda financeira europeia.

A proposta desagradou tanto os líderes da União Europeia, preocupados com o agravamento da crise, quanto os gregos, que consideraram o plano de Papandreou uma manobra para obter aprovação às duras medidas fiscais. Se a Grécia mantiver o referendo, o novo socorro de € 130 bilhões e o corte de 50% da dívida do país (que supera os € 300 bilhões) serão congelados.

Sarkozy disse que o anúncio de um referendo na Grécia “pegou toda a Europa de surpresa”, e seu primeiro-ministro, François Fillon, afirmou que os “gregos precisam dizer logo e sem ambiguidade se escolhem continuar na Zona do Euro ou não”.

Pesquisas de opinião indicam que a maioria dos gregos vê o acordo costurado pelos líderes europeus na semana passada como ruim, mas muito vai depender de como Papandreou aborda o debate, seja tratando da retirada — e os custos penosos que exige — ou a permanência

no euro, que continua popular.

Merkel sublinhou o mesmo tom de exasperação do primeiro-ministro francês. “Concordamos com um plano para a Grécia na semana passada. Queremos colocá-lo em prática, mas para isso precisamos de clareza”, declarou.

Autoridades francesas disseram que Papandreou será pressionado a apresentar o acordo de resgate ao Parlamento primeiro, na esperança de apaziguar os mercados financeiros, que entraram em pânico quando ele convocou o plebiscito.

O português José Manuel Barroso, presidente da Comissão Europeia, pediu que os gregos se unam em apoio ao plano de resgate, alertando que a alternativa seria assombrosa demais para se prever. “Sem o acordo da Grécia com o programa da UE/FMI, as condições para os cidadãos gregos se tornariam muito mais dolorosas, especialmente para os mais vulneráveis. As consequências seriam impossíveis de antever”, afirmou.

Se Papandreou conquistar o voto de confiança, a Zona do Euro enfrentará um período de vácuo de políticas no qual os mercados podem fazer estragos. Se perder, a Grécia se verá

diante de um calote desordenado que atingiria os bancos europeus e ameaçaria as economias bem maiores da Itália e da Espanha, que o bloco pode não ter fundos para resgatar.

## Itália

A Itália, que também vive um momento bastante conturbado, na economia e na política, apresentará um pacote de austeridade à cúpula do G20. O primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, está sob crescente pressão para renunciar e entregar o poder para um governo de emergência de unidade nacional.

Enquanto isso, Berlusconi quer que a comunidade internacional saiba dos esforços que serão adotados no combate aos impactos da crise econômica internacional. Entre as medidas, devem ser incluídas propostas de venda de ativos do governo, reforma do mercado de trabalho e um plano de simplificação da administração pública.

A partir do pacote de austeridade, o governo italiano espera estimular o crescimento econômico no país e reduzir a dívida, que está acima de € 1,9 bilhão, superando 120% do Produto Interno Bruto (PIB).

## Recuperação

Ontem, após as turbulências em razão dos desdobramentos na Grécia no início da semana, o mercado acionário europeu voltou a subir, recuperando parte das perdas acentuadas nos dias anteriores.

Em Londres, o índice Financial Times fechou em alta de 1,15%. A Bolsa de Frankfurt subiu 2,25%, enquanto a de Paris teve ganho de 1,38%. Em Milão, o mercado terminou o dia com valorização de 2,31%.

Apesar da recuperação ontem, analistas avaliam que permanece a cautela. “Ainda há uma crise bancária em curso que coloca o sistema financeiro global e a economia em risco. Ainda estamos cautelosos e voltados para jogadas defensivas”, disse Mike Lenhoff, estrategista de ações da Brewin Dolphin. ■ **Com Reuters**

## SOCORRO

● Novo pacote prevê ajuda financeira de € 130 bilhões à Grécia.

● Dívida grega já supera os € 300 bilhões e equivale a quase 160% do PIB do país.

● Referendo pode congelar novo pacote de socorro à Grécia.



## Crise ajuda Brasil

**Disposição brasileira em ajudar no socorro à Zona do Euro está alinhada com uma postura de ampliação de poder no cenário global**

**Eva Rodrigues**

evarodrigues@brasileconomico.com.br

A ajuda do Brasil, via Fundo Monetário Internacional (FMI), no socorro à Zona do Euro, pode ocorrer efetivamente ou não, a depender da evolução na conversa em torno de mais cotas para o Brasil no Fundo — contrapartida que o velho mundo parece nada disposto a conceder. De todo modo, o simples fato de ser incluído como possível fonte de ajuda credencia o Brasil a ganhar mais espaço na nova economia global, num caminho lento, de enormes dificuldades, mas claramente no foco do governo brasileiro.

O G20, grupo que representa as maiores economias do mundo, apesar de não contar com uma estrutura formal, já foi delineado em conformidade com a nova geopolítica global. O mesmo não pode ser dito de estruturas tradicionais como o FMI e a Organização das Nações Unidas (ONU), que nasceram no pós-guerra e ainda hoje mantêm em sua estrutura a correlação de forças da época.

É nesse cenário que o Brasil busca conquistar espaços, seja no aumento das cotas junto ao FMI ou na campanha por um assento no Conselho de Segurança da ONU. Para o ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos, na China e na Alemanha, Roberto Abdenur, é legítimo o pleito brasileiro por um assento no Conselho de Segurança da ONU tendo em vista que o país tem tradição de apoio ao multilateralismo e é



Na França desde a última terça-feira, a presidente **Dilma Rousseff** incluiu em sua agenda encontros bilaterais antes do início oficial da cúpula do G20. Ela pretende conversar hoje com a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e com o presidente russo, Dmitri Medvedev. Ontem, conversou com a primeira-ministra da Austrália, Julia Gillard, e com o presidente da China, **Hun Jintao**. Antes de embarcar para a Europa, a presidente afinou o discurso que levará ao encontro com o ex-presidente Lula. Em linhas gerais, a ideia é bater na tecla que a solução para a Europa não se resume a políticas de arrocho fiscal que impedem o crescimento global. Assim que chegou à França, Dilma Rousseff ficou sabendo que foi listada como a 22ª pessoa mais poderosa do mundo pela revista *Forbes*. Em 2010, ela apareceu em 16º lugar no ranking. A publicação americana avalia que a queda se deve aos atrasos nas obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos, além dos seguidos casos de corrupção no governo.

## G20 deve lançar bases para taxaço

A reunião do G20 de Cannes permitirá sem dúvida lançar as bases de um imposto sobre operações financeiras, mas diante da hostilidade de Estados Unidos e Grã-Bretanha, sua aplicação poderá limitar-se a um grupo de países da Zona do Euro. Nicolas Sarkozy fará todo o possível para que a cúpula, presidida pela França, faça “avançar as linhas a esse respeito”, segundo Henri Guaino, conselheiro especial do presidente francês. “É um tema capital, tanto para a reforma das finanças como para conseguir dinheiro para combater a miséria”, argumentou Guaino.

Por sua vez, o ministro alemão de Finanças, Wolfgang Schäuble, cujo país também é favorável ao imposto, pediu avanços em uma solução alternativa. “O G20 não pode ser utilizado como desculpa para não se fazer nada (...) eu sou partidário de que avancemos na Europa”, disse o ministro. A ideia de um imposto sobre transações financeiras, herdeiro da “taxa Tobin” (proposta em 1971 pelo Nobel da Economia James Tobin para taxar o fluxo de capitais mundial), ganhou espaço com a crise de 2008. Em 23 de outubro, Nicolas Sarkozy, ao lado da chanceler alemã, Angela Merkel, expressou sua vontade de apoiar essa medida. Rebatizada de “imposto mundial de solidariedade”, a nova versão da taxa Tobin teria como meta o auxílio ao desenvolvimento. ■ **AFP**

# a ganhar importância na economia global



**Roberto Abdenur**  
Ex-embaixador do Brasil nos EUA, na China e na Alemanha

uma ponte para os países latino-americanos. “Mas essa é uma discussão complicada, assim como as cotas do FMI: o Brasil tinha 1,4% das cotas do Fundo, passou para 1,78% nos últimos dois anos e espera chegar a 2%. Agora, é fato que a Europa está batendo à nossa porta para pedir ajuda mas não topa ceder o poder que tem junto ao FMI e em outros órgãos”, diz.

O diretor para América Latina do Eurasia Group, Christopher Garman, concorda com a enorme dificuldade de avanço em relação às cotas e avalia que, mesmo que o Brasil opte pela ajuda, em primeiro lugar terá que contribuir para depois exigir contrapartida. “Essa ajuda elevaria o capital político e econômico do Brasil, mas as mudanças que levem a uma reforma de governança nos organismos internacionais são um processo longo e de negociações difíceis, não dá para ser um termo de troca no curto prazo.”

Como tendência de longo prazo é possível vislumbrar mudanças nos organismos internacionais, mas as tradicionais potências desenvolvidas, hoje às voltas para garantir a própria sobrevivência, vão tentar ao máximo postergar o processo e minimizar o quadro que o G20 já torna evidente: a ascensão de países como o Brasil, entre outros emergentes, no protagonismo global.

“O Brasil, que possui tamanho e representatividade no continente, não tem um assento no Conselho de Segurança e a Inglaterra, que já não tem grande representatividade, está lá. Mas as instituições são conservadoras e os avanços vão ocorrer a passos lentos”, observa o chefe de Pesquisas pa-

ra América Latina do Nomura Securities, Tony Volpon.

Depois de alguns equívocos diplomáticos vistos no governo Lula, como visita ao Irã ou excesso de aproximação com Hugo Chávez, os analistas são unânimes ao afirmar que a política externa de Dilma Rousseff se mostra mais discreta e, portanto, assertiva. E as boas condições da economia doméstica são elemento fundamental na trajetória de maior relevância junto ao resto do mundo.

“Primeiro vem o poder econômico, a questão diplomática e política vêm mais à frente e dependem de muita estratégia. Basta ver o exemplo da Alemanha, que sempre teve poder econômico e menos poder político. Só agora, a Alemanha está tomando para si a coordenação da crise europeia”, diz Volpon. ■

### BRASIL NO FMI

## 1,4%

era a participação do país nas cotas do FMI até este ano.

## 1,78%

foi a participação que passou a vigorar depois do 13º acordo de distribuição de cotas.

## 2%

é a perspectiva para a cota brasileira após o 14º acordo a ser implementado até outubro de 2012.

“A política econômica lúcida aumenta a legitimidade do país, e a política externa leva à respeitabilidade no plano internacional, reforçando as credenciais do país para ampliar poderes junto aos órgãos internacionais”